

LEGISLAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
NÚMERO DA Lei/Decreto/REGIMENTO	EMENTA DA NORMA
Lei nº 15.893, de 10 de junho de 1994	Institui o Sistema Municipal de Assistência Social e dá outras providências.
Lei nº 17.875, de 10 de junho de 2013	Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do Município do Recife e dá outras providências.
Decreto nº 27.277, de 16 de agosto de 2013	Regulamenta a Lei nº 17.875, de 10 de junho de 2013, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do município do Recife.
Lei nº 18.369, de 28 de agosto de 2017	Dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, revoga as Leis Municipais nº 17.538 /2009 e nº 17.892 /2013, e dá outras providências.
Lei nº 18.503, de 05 de julho de 2018	Institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua do Recife.
Decreto nº 31.858, de 15 de outubro de 2018	Institui o Núcleo Municipal de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social - NUMEP/Suas Recife no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos.
Decreto nº 31.860, de 15 de outubro de 2018	Dispõe sobre a reserva de vagas, em caráter prioritário, nos cursos de qualificação profissional na rede da cidade do Recife, para adolescentes e jovens em acompanhamento no CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), atendidos pelo Serviço Especializado de Medida Socioeducativa em Meio Aberto Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).
Decreto nº 32.785 de 21 de agosto de 2019	Aprova o Regimento Interno do Núcleo Municipal de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social-NUMEP/SUAS do Recife.
Lei nº 18.618, de 17 de Setembro de 2019	Institui o Programa "Chegando Junto" e dá outras providências.
Lei nº 18.635, de 11 de outubro de 2019	Reestrutura o Programa Família Acolhedora do Recife e revoga a Lei nº 17.255/2006.
Decreto nº 33.051, de 01 novembro de 2019	Regulamenta o art. 2º, inciso V, da Lei Municipal nº 18.618, de 17 de setembro de 2019.
Decreto nº 33.800 de 13 de julho de 2020	Regulamenta o Programa "Família Acolhedora", instituído pela Lei Municipal nº 18.635 de 11 de outubro de 2019.

Lei nº18.958, de 08 de julho de 2022	Dispõe sobre os benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Recife.
Lei nº 18.968, de 26 de julho de 2022	Dispõe sobre a Política Municipal de Atenção Integral à População em situação de rua.
LEGISLAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE JUVENTUDE	
NÚMERO DA Lei/Decreto/REGIMENTO	EMENTA DA NORMA
Lei nº 17.561, de 22 de julho de 2009	Cria o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Juventude do Recife - CMPPJ/Recife.
Lei nº 17.937, de 19 de novembro de 2013	Institui o Fundo Municipal de Juventude e Autoriza a Abertura de Crédito Adicional para Fins de Capitalização.
Decreto nº 29.523, de 18 de março de 2016	Cria o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude
Lei nº 18.279, de 16 de dezembro de 2016	Cria o Plano Municipal de Juventude do Recife.
Lei nº 18.407, de 31 de outubro de 2017	Institui, no Calendário Oficial do Município do Recife, o Dia Municipal de Luta Contra o Encarceramento da Juventude Negra, a Ser Comemorado Anualmente no Dia 20 de Junho.
Lei nº 18.373, de 11 de setembro de 2017	Dispõe sobre a Disseminação do Conteúdo do Estatuto da Juventude.
Resolução nº 2655, de 03 de outubro de 2017	Institui a Frente Parlamentar Permanente de Combate ao Extermínio da Juventude Negra.
Decreto nº 32.933 de 02 de Outubro de 2019	Institui, no calendário oficial de eventos do Município do Recife, a Semana da Juventude.
Decreto nº 33.244, de 19 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a atualização do Decreto do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude do Recife.
Lei nº 18. 709 de 13 de abril de 2020	Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife a "Semana Municipal da Juventude".
Lei nº 19.070, de 12 de junho de 2023	Institui o Programa VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS JUVENIS - VAI JOVEM - no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas Sobre Drogas.

Decreto nº 37.321 de 15 de Dezembro de 2023	Regulamenta a Lei Municipal nº 19.070, de 12 de junho de 2023, que institui o Programa Valorização de Iniciativas Juvenis - VAI JOVEM - no âmbito do órgão responsável pela política de juventude municipal.
LEGISLAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE DIREITOS HUMANOS	
Lei nº16.604/ 1992	DDispõe sobre a Política Municipal da Criança e do Adolescente, Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Lei nº 16.701/ 2001	Institui normas de funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos Humanos, Cidadania e Defesa Social.
Lei nº 16.780/2002	Toda forma de discriminação é odiosa e constitui crime contra a pessoa e aos direitos humanos como um todo. A discriminação com base na prática e comportamento sexual do indivíduo deve ser tratado e punido como tal, na forma da presente Lei.
Lei nº 16.960/2004	Regulamenta o funcionamento do Fundo Municipal dos Direitos Humanos.
Lei nº 17.025/2004	Pune nos termos desta Lei qualquer ato discriminatório ao homossexual, bissexual, ou transgênero, institui o dia 17 de abril O Dia da Diversidade Sexual e dá outras providências.
Lei nº 17.199/2006	Institui no âmbito da Cidade do Recife a Política Municipal de Inclusão da Pessoa Com Deficiência.
Lei nº 17.247/2006	Institui o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMUD.
Lei nº 17.310/2007	Dispõe sobre o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - COMDIR.
Lei nº 17.311/2007	Cria o Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
Lei nº 17.884/2013	Altera dispositivos da Lei 15.604/92 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cria um Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Lei nº 17.941/2013	Dispõe sobre a instituição da Semana da Capoeira no Município do Recife.
Lei nº 18.101/2014	Dispõe sobre a exibição de fotos de crianças desaparecidas, na forma que menciona.

Lei nº 17.987/2014	Veda qualquer forma de Discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos municipais ou particulares, comerciais, industriais e residenciais, multifamiliares existentes no Município.
Lei nº 18.117/2015	Introduz modificações na Lei 17.199, de 27 de abril de 2006 que institui no âmbito da cidade do Recife a Política Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
Lei nº 18.173/2015	Institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.
Lei nº 18.246/2016	Inclui no Calendário Oficial do Recife a Semana Municipal da Pessoa Com Deficiência.
Lei nº 18.252/2016	Institui a Semana do Bebê e de Proteção a Primeira Infância do Recife e dá outras providências.
Lei nº 18.288/2016	Altera as Leis nºS 16.960/2004E 16.701/2001 Que tratam, respectivamente, do Fundo Municipal dos Direitos Humanos e do Conselho de Direitos Humanos e Segurança Cidadão.
Lei nº 18.289/2016	Cria o Grupo Ocupacional em Acessibilidade e Respectivos Cargos Efetivos no âmbito da Administração Direta na estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e dá outras providências.
Lei nº 18.341/2017	Institui no calendário oficial de eventos do Município do Recife, O Dia da Cultura de Paz e da Mediação de Conflitos, a ser comemorado anualmente no dia 21 de setembro e dá outras providências.
Lei nº 18.346/2017	Altera o ART. 1º da Lei Municipal nº 18.246, DE 22 DE JULHO DE 2016, Que Inclui no Calendário Oficial do Recife a Semana Municipal da Pessoa Com Deficiência.
Lei nº 18.376/2017	Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife, O Dia Municipal de homenagem aos desaparecidos políticos que lutaram contra a ditadura militar no Brasil.
Lei nº 18.444/2017	Institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência.
Lei nº 18.445/2017	Institui a Semana Municipal do Brincar do Recife e dá outras providências.
Lei nº 18.491/2018	Institui o Marco Legal da Primeira Infância do Recife e dá outras providências.

Lei nº 18.563/2019	Dispõe sobre a instalação do Fórum Municipal para Cultura de Paz e Liberdade de crença no município do Recife e dá outras providências.
Lei nº 18.562/2019	Institui no Calendário Oficial do Recife a Semana Municipal da vivência e prática da cultura afro-indígena pernambucana.
Lei nº 18.699/2020	Cria a "Semana Municipal de Prevenção e Conscientização contra violência e maus-tratos às pessoas com deficiência".
Lei nº 18.746/2020	Dispõe sobre o registro e a divulgação semestral dos índices de violência contra a população LGBT no âmbito do Município do Recife.
Lei nº 18.764/2020	Institui, no calendário oficial de Eventos do Município do Recife, a "Semana Municipal da Prevenção de acidentes com crianças".
Lei nº 18.769/2020	Institui o primeiro Plano Decenal para a Primeira Infância do Recife.
Lei nº 18.798/2021.	Institui as bases para a elaboração da "Política Municipal de Promoção dos Direitos dos Migrantes e Refugiados" no município do Recife.
Lei nº 18.879/2021	Institui a Semana Educar pela Igualdade Racial.
Lei nº 18.850/2021	Institui a Política Municipal de Cultura de Paz e Justiça Restaurativa do Recife.
Lei nº 18.959/2022	Institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas para a População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersex (LGBTI+) e dá outras providências.
Lei nº 18.994/2022	Torna obrigatória a divulgação de alerta sobre injúria racial em eventos esportivos.
Lei nº 18.907/2022	Institui a obrigatoriedade dos clubes de futebol sediados no município do Recife promoverem formação em Direitos Humanos aos atletas de suas categorias de base.
Lei nº 18.986/2022	Institui no Calendário de Eventos Oficial do Município o Dia Municipal de Combate à LGTBFOBIA.

Lei nº 18.963/2022	Proibição para homenagear violadores dos Direitos Humanos no âmbito do Município do Recife.
Decreto nº 26.029/2011	Regulamenta as Leis Municipais 16.780, de 19 de junho de 2002 e 17.025, de 13 de setembro de 2004, estabelecendo as normas gerais de aplicação das sanções administrativas por atos de discriminação de com base na prática e comportamento sexual do indivíduo.
Decreto nº 28.393/2014	Dispõe sobre a implementação do Programa de Combate ao Racismo Institucional - PCRI DO RECIFE.
Decreto nº 29.571/2016.	Regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Municipal nº 18.173, DE 10 de novembro de 2015.
Decreto nº 29.911/2016	Estabelece a estrutura e regula as atividades do Centro de Referência em Direitos Humanos Margarida Alves (CRDH-MA), no Município do Recife.
Decreto nº 30.306/2017	Dispõe sobre o reconhecimento e inclusão do uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta e dá outras providências.
Decreto nº 33.478/2020	Dispõe sobre a inclusão do Quesito RAÇA/COR nos sistemas de informação, fichas de inscrição, atendimentos, cadastros, formulários de matrícula, prontuários e demais registros dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.
Decreto nº 35.580/2022	Formaliza a criação e regula o funcionamento do Centro Municipal de Referência e Cidadania LGBT, no Município do Recife.